



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre nº 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefones: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/315

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº [TRF2-PSG-2022/00459](#) de 26.09.2022, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da internet, no *site*: www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 10.024/19, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, da Portaria TRF2-PTP-2017/110 de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 20 de abril de 2023	Horário (de Brasília): 13:00
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo III - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo IV- Minuta do Contrato Administrativo.

1 – OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades do CONTRATANTE — circuito ponto a ponto —, conforme especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1 - Os vocábulos e termos técnicos utilizados neste edital estão descritos no Anexo A do Anexo I - Termo de Referência (Glossário e Definições).

1.2 - Para fins deste edital, será denominado como CIRCUITO o caminho lógico que realiza a interconexão de dados entre 2 (duas) UNIDADES do CONTRATANTE em endereços imobiliários distintos.

1.3 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto nº 10.024/19.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/21, observada, também, a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016;

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei nº 8.666/93.

- 2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/1998.
- 2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentadas deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
 - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
 - 2.5.2 - Será aceita a autenticação realizada de forma digital por Tabelião de Notas.
- 2.6 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do "sítio" www.gov.br/compras. (Art. 9º do Decreto 10.024/19).
- 3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível. (Art. 9º, § 1º do Decreto 10.024/19).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (Art. 10 do Decreto 10.024/19).
- 3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:
 - 3.4.1 Credenciar-se previamente no SICAF ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º do Decreto 10.024/19, no sistema eletrônico utilizado no certame;
 - 3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
 - 3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 19, III, do Decreto 10.024/19).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, concomitantemente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no Edital, até a data e horários marcados para abertura da sessão pública, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR TOTAL ANUAL (12 MESES), conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*. (art. 26 do Decreto 10.024/19).
- 4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I;
- 5.6 - Preço mensal, anua e global (período de 24 meses), (deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I
- 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico;

- 5.8 - **Prazo de vigência do contrato:** 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 e 5.8, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.10 - Depois de solicitado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema Comprasnet (arts. 26, §9º e 38, §2º do Decreto 10.024/19).
- 5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.
- 5.11 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.12 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a licitante deverá obedecer a este último.
- 5.13 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.13.1 - Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- 5.13.2 - não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis.
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.9 - O valor máximo aceito será aquele estimado pela Administração.

7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual**, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I deste Edital sob pena de desclassificação.
- 7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, após isso, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
 - 7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
 - 7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances

em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado lance(s) mais vantajoso(s), objetivando o alcance de melhor proposta, observado o critério de julgamento, sendo vedada a negociação de condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.7.5 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.7.6 – A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 30,00 (trinta reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/19.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão;

8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova

proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

8.5.1- Convocam-se as licitantes para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010;

8.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto nos subitens 8.4 e 8.5 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da (s) licitante(s) conforme disposições do item 9 deste edital.

8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.11 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro;

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8429/92.

9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17 e 682/2019);

9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

- 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
 - 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no Edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
 - 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
 - 9.4.5 -DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
 - 9.5.1.1. A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou serviços em circuito ponto a ponto interligando 2(duas) unidades imobiliárias distintas com distância mínima de 200 km (duzentos quilômetros) entre elas, e com largura de banda com capacidade de, no mínimo, 500 (quinhentos) Mbps.
 - 9.5.1.1.1. Caso o órgão público ou empresa privada emissor do atestado emita um documento padrão em formato que não evidencie as informações exigidas no item

anterior, será admitida a juntada de documentos adicionais como, por exemplo, o contrato e o edital da contratação, para fins de complementação e atendimento de tais exigências.

9.5.2 - Autorização da ANATEL para prestação de serviço SCM, nos termos da Resolução Nº 720 de 10 de fevereiro de 2020, em nome da LICITANTE.

9.6- Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.8.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.420	3.3.90.40.13(Comunicação de dados e redes em geral)

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

11.1 - O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento", e no sítio: www.gov.br/compras, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3

(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

- 11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da (s) licitante (s), e em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante (s) vencedora (s).
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF 2ª Região convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de

empenho junto à Divisão de Contratos na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.

13.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, na forma do subitem anterior, a Administração poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

13.2 - A convocação que trata o subitem anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF 2ª Região, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 49 do Decreto 10.024/19.

13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.

13.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 13.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.

13.6 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

13.6.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do presente Edital, a qual será entregue da assinatura do Contrato.

13.7 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

13.7.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

13.8 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do presente Contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID - 19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município. A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o item 1.2 - Serviço de Instalação - será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

14.1.1 – **Provisoriamente** – O recebimento provisório dar-se-á no dia da ativação do serviço, cuja execução deverá ser ratificada pela equipe responsável pela fiscalização do contrato.

14.1.1.1 - No primeiro dia útil seguinte ao recebimento provisório, deverá ser iniciado o Período de Funcionamento Experimental - PFE.

14.1.1.1.1 - Denomina-se como Período de Funcionamento Experimental – PFE – o intervalo ininterrupto de **até 5 (cinco) dias consecutivos**, contados a partir do dia do recebimento provisório, onde o CONTRATANTE verificará o provimento dos serviços de acordo com os níveis de serviço contratados.

14.1.1.1.2 - **O PFE não poderá ser objeto de cobrança pela CONTRATADA visto que é um período prévio ao Recebimento Definitivo.**

14.1.1.1.3 - O Período de Funcionamento Experimental – PFE – terá a sua contagem reiniciada, havendo desconsideração do prazo anterior já decorrido, caso, no seu decurso, ocorra alguma violação aos níveis de serviço contratados.

14.1.2 – **Definitivamente** – Os requisitos de recebimento definitivo do item 1.2 Serviço de Instalação- serão compostos por testes de conectividade e transferência de dados, a serem realizados durante o PFE.

14.1.2.1. O recebimento definitivo do item 1.2- Serviço de Instalação- será considerado realizado quando for verificado, no sistema de monitoramento do CONTRATANTE durante o PFE, que a comunicação entre a ponta A e a ponta B do CONTRATANTE manteve-se disponível e dentro dos níveis de serviço especificados neste Termo de Referência.

14.1.2.2. A nota fiscal ou fatura somente poderá ser emitida após a comunicação formal do gestor do contrato acerca do recebimento definitivo da instalação.

14.2 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO – Para o item 1.1 – Prestação de Serviço de Comunicação de Dados Mensal:

14.2.1. A ativação comercial ocorrerá no dia 04 de julho de 2023 para fins de efeitos financeiros.

14.2.1.1. Caso na data indicada no item 14.2.1 o PFE ainda não tiver sido concluído, a data da ativação comercial para fins de efeitos financeiros será o dia útil subsequente ao último dia do PFE.

14.2.2. O gestor/fiscal técnico emitirá certidão de início dos serviços, onde constará a data da ativação comercial.

14.2.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, **o item 1.1** Prestação de Serviço de Comunicação de Dados - **será recebido**, mediante Termo Circunstanciado, da seguinte forma:

14.2.3.1. **Provisoriamente:** o CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao mês da prestação do serviço, mediante mensagem eletrônica, o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, o qual conterá a disponibilidade mensal do circuito ponto a ponto, bem como os eventuais valores a serem glosados na Fatura correspondente, de acordo com o estabelecido no Anexo B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — deste Termo de Referência.

14.2.3.1.1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da mesma.

14.2.3.1.2. A CONTRATADA deverá emitir e apresentar a Fatura em no máximo 10 dias consecutivos a contar do dia útil subsequente ao recebimento da mensagem eletrônica com o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

14.2.3.1.3. O Recebimento Provisório será realizado imediatamente, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após a apresentação da Fatura com o valor eventualmente redimensionado pelo CONTRATANTE com base no RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

14.2.3.2. **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias úteis pelo gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, mencionados no Contrato, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

14.2.3.2.1. Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

- 14.3 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.
- 14.4 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME nº 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.
- 14.5 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 14.6 - O Contratante designará, além de 01 (*um*) servidor como gestor do Contrato, a Equipe de Gerenciamento da Contratação, formada por 03 (*três*) servidores, sendo 01 (*um*) fiscal técnico, 01 (*um*) fiscal requisitante e 01 (*um*) fiscal administrativo, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.
- 14.7 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 14.8- O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no art. 20 da Lei nº 8.078/90;
- 14.9 - Após a assinatura do contrato, será constituída equipe para exercer o acompanhamento e fiscalização.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

- 15.1.1 - O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias consecutivos.
- 15.1.2 - Os pagamentos referentes ao **Serviço de Instalação** serão efetuados em uma única parcela, após a conclusão dos serviços de instalação e ativação comercial do circuito, à vista da Fatura/Nota Fiscal discriminativa dos serviços, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.;
- 15.1.3 - Para fins do disposto nos itens 15.1 e 15.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 15.1.4 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 15.2 - **O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, em duas vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br;**
- 15.3 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 15.4- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 15.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.
- 15.6 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/21, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 15.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 15.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 15.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da

garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

15.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16 -DO REAJUSTE

16.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do ICTI, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = N° índice da data do reajuste
	I ₀ = N° índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

16.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

16.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

16.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

16.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 16.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 16.1.

16.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 17.1.1. apresentar documentação falsa;
 - 17.1.2. fraudar a execução do contrato;
 - 17.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 17.1.4. cometer fraude fiscal;
 - 17.1.5. fizer declaração falsa;
 - 17.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 17.1.7. não manter a proposta.
- 17.2 - Para os fins do item 17.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 17.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "17.4", "17.5" e "17.7", com as seguintes penalidades:
- 17.3.1. advertência;
 - 17.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - 17.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 17.3.2; ou
 - 17.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos.
- 17.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 17.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 17.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
- 17.6.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

- 17.6.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 17.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 17.6.1 e 17.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.
- 17.8 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital e Termo de Referência, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1(um) item obrigatório concomitantemente.
- 17.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:
- 17.9.1 - Se o valor pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.
- 17.9.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 17.9.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 17.9.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.
- 17.10 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.
- 17.11 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;
- 17.12 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;
- 17.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e

atas de registro de preços / licitações em andamento”, e www.gov.br/compras, opção “visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos”, e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

18.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

18.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

18.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

18.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

18.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2023.

Francisco Luís Duarte

Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
Processo nº TRF2-EOF-2022/315

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade de mínima 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades do CONTRATANTE — circuito ponto a ponto — conforme este Termo de Referência.
- 1.1.1.** Os vocábulos e termos técnicos utilizados neste documento estão descritos no Anexo I A deste Anexo I - Termo de Referência (Glossário e Definições).
- 1.1.2.** São partes integrantes deste Anexo I - Termo de Referência:
- 1.1.2.1.** ANEXO I A – GLOSSÁRIO E DEFINIÇÕES
- 1.1.2.2.** ANEXO I B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS — IMR.
- 1.1.3.** Para fins deste Termo de Referência, será denominado como CIRCUITO o caminho lógico que realiza a interconexão de dados entre 2 (duas) UNIDADES do CONTRATANTE em endereços imobiliários distintos.

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1.** A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos serviços ofertados, valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;

Lote	Item	Discriminação	Qtd.	Unid.	Preço (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1.1	Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades do CONTRATANTE — circuito ponto a ponto — conforme este Termo de Referência. CATSER TI: 26484 ou 26522	24	Valor mensal	26.773,46	642.563,04
	1.2	Serviço de Instalação CATSER TI: 26166	1	Valor unitário da instalação	10.890,63	10.890,63
VALOR TOTAL PARA 24 (vinte e quatro) MESES						653.453,67

- 2.2.** O valor unitário apresentado pelas LICITANTES para o item **1.2** jamais poderá ultrapassar o valor da prestação mensal do item **1.1**.
- 2.3.** Considerando que o objetivo desta contratação é implantar uma solução de conexão de dados entre os *Data Centers* Principal e Secundário do CONTRATANTE, de forma que possa ser realizada configuração de contingência entre as conexões, visando uma elevada taxa de disponibilidade, o objeto desta contratação não poderá ser adjudicado à empresa prestadora do serviço constante do Termo de Contrato TRF2-CON-2021/00060 — Processo Administrativo TRF2-EOF-2021/00008.
- 2.3.1** Considerando a necessidade de contingência e independência dos CIRCUITOS que interligam os Data Centers Principal e Secundário da CONTRATANTE, é vedado o compartilhamento de serviços ou de infraestrutura em qualquer nível — incluindo mas não se limitando a: pontos de presença (POPs), backbone e última milha — com a empresa prestadora do serviço descrita neste item

2.3.2 Dessa forma não será admitida a prestação de serviços, ainda que por empresa diferente, caso utilize trechos de infraestrutura de redes de dados subcontratados junto à prestadora do serviço constante do Termo de Contrato TRF2-CON-2021/00060 — Processo Administrativo TRF2-EOF-2021/00008 ou empresa do mesmo grupo econômico.

2.3.3 Não obstante, é absolutamente proibida, em qualquer circunstância, a subcontratação da totalidade do objeto desta contratação.

3. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

3.1 - A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal — PEJF 2021/2026 — e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados” e o objetivo estratégico de “Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal”.

4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS
01	Assinatura do(s) Contrato(s)	Após homologação do certame
02	Reunião de alinhamento de expectativas	Em até 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato
03	Verificação das instalações do CONTRATANTE (Site Survey) e emissão de Projeto Preliminar de Instalação.	Em até 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato
04	Análise do Projeto de Instalação pelo CONTRATANTE	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após a conclusão da etapa 3.
05	Ativação do serviço	Em até 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato
06	Período de Funcionamento Experimental	Inicia-se no dia útil seguinte ao recebimento provisório e finaliza-se em até 5 (cinco) dias consecutivos
07	Aprovação da instalação	Em até 90 (noventa) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato, ao término do Período de Funcionamento Experimental.
08	Ativação comercial	04 de julho de 2023. Caso na data indicada o PFE ainda não tiver sido concluído, a data da ativação comercial para fins de efeitos financeiros será o dia útil subsequente ao último dia do PFE.
09	Recebimento Provisório	Imediatamente pelo fiscal técnico, depois de efetuada apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último adimplemento contratual.
10	Recebimento Definitivo	Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante, no prazo de 10 (dez) dias, contados partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, salvo motivo justificado, comprovada adequação do objeto aos termos contratuais consequente aceitação

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços nas dependências do CONTRATANTE, como climatização e alimentação de energia, ficando excluídos desta obrigação qualquer outro tipo

de equipamento necessário à conexão do CONTRATANTE ao backbone da CONTRATADA, os quais, se necessários, ficarão a cargo da CONTRATADA.

- 5.2. Instalar e manter a rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos circuitos.
- 5.3. Comunicar à CONTRATADA, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços.
- 5.4. Pagar à CONTRATADA os valores constantes das Notas Fiscais/ Fatura de Serviços pelos serviços ora contratados, respeitando os índices e requisitos especificados neste Termo de Referência.
- 5.5. Viabilizar o acesso dos funcionários da CONTRATADA quando da realização de manutenções preventivas e corretivas inerentes à execução contratual, desde que devidamente identificados e após acordado com o fiscal do contrato com antecedência mínima de 24 horas para casos não urgentes.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Adicionalmente às obrigações técnicas descritas neste Termo de Referência, a CONTRATADA está obrigada a:
 - 6.1.1. Iniciar a execução das atividades de ativação do serviço, conforme prazos definidos no Contrato;
 - 6.1.2. Manter a qualidade dos serviços dentro dos padrões estabelecidos em Contrato;
 - 6.1.3. Fornecer todos os equipamentos necessários nas condições exigidas neste Termo de Referência, cujos custos deverão estar inclusos no valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, podendo ser fornecidos em comodato, **devendo ser retirados no término do Contrato:**
 - 6.1.3.1. Os equipamentos da CONTRATADA, após o término contratual, deverão ser retirados **no prazo de 30 (trinta dias) a contar da solicitação do CONTRATANTE. Em caso de não retirada no prazo mencionado neste item, o CONTRATANTE descartará os referidos equipamentos.**
 - 6.1.3.2. Os custos relativos à desativação e retirada dos equipamentos ao final da vigência do Contrato deverão estar inclusos no valor global da contratação.
 - 6.1.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre as redes internas dos 2 prédios do CONTRATANTE, com exceção do fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências do prédio e a climatização das salas de equipamentos.
 - 6.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados no Anexo I B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — deste Termo de Referência.
 - 6.1.6. Designar preposto responsável pelo atendimento ao CONTRATANTE, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto contratado.

7. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 7.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 7.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

- 7.4.** Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 7.5.** Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

8. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 8.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar instrumentos para a solicitação de serviços mediante contato telefônico (0800 ou número de custo local na cidade do Rio de Janeiro) bem como e-mail ou sistema WEB.

9. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- 9.1.** Toda a comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação. Desta forma, a comunicação poderá ser realizada por meio de ofícios, e-mails e reuniões mediante elaboração de ata.
- 9.2.** O e-mail de contato do CONTRATANTE para efeito de entrega de documentos administrativos é tscoocon-contratos@trf2.jus.br. E para efeito de quaisquer assuntos técnicos é secods@trf2.jus.br.

10. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 10.1.** O CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do artigo 2º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Nº 182 de 17 de Outubro de 2013, os quais exercerão, como representantes do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 10.2.** Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 10.2.1.** Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 10.2.2.** Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 10.2.3.** Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 10.3.** A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 10.4.** A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 10.5.** As irregularidades detectadas pela fiscalização do CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.
- 10.6.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 10.6.1.** Não produziu os resultados acordados.
- 10.6.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 10.6.3.** A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme modelo previsto no ANEXO I B deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

- 10.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 10.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as penalidades à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 10.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. O corpo técnico da CONTRATADA deverá possuir a qualificação técnica estabelecida nas Resoluções CONFEA e nas legislações aplicáveis.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro meses), contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato.

13. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 13.1 A CONTRATADA deverá manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão da relação contratual mantida com o CONTRATANTE.

14. DOS REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

- 14.1. A presente contratação objetiva a prestação de serviços de comunicação de dados de circuitos ponto a ponto interligando 2 (duas) unidades de interesse do CONTRATANTE.
 - 14.1.1. Tais circuitos representam serviço de comunicação de dados permanente, **dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps**, mediante link digital, entregues em interfaces elétricas tipo SFP ou superior, mediante protocolo de camada 2, em ambas as pontas, para a interligação dos pontos a seguir:

Ponta A (<i>Datacenter</i> Principal RJ)	Ponta B (<i>Datacenter</i> Secundário ES)
Rua Acre, nº 80, CEP: 20081-000 Praça Mauá, Rio de Janeiro – RJ.	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.877, CEP: 29053-245 Monte Belo, Vitória – ES.

- 14.2. O serviço de comunicação de dados (item 1.1) deverá ser prestado de forma integral, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.

14.3. Requisitos da Instalação:

14.3.1 O serviço de comunicação de dados deverá ser provido mediante 01 (um) link digital, através de fibra óptica, suportado em protocolo de camada 2 nas pontas A e B, disponibilizando a conexão para o CONTRATANTE mediante 2 (duas) interfaces elétricas tipo SFP ou superior, com fornecimento de 2 transceivers SFP 1000BASESX padrão LC e 2 transceivers SFP 1000BASE-T para serem utilizados mediante conveniência do CONTRATANTE.

14.3.1.1 -Considerando que as edificações que abrigarão as Pontas A e B dos Circuitos não reúnem atualmente as condições de infraestrutura interna e segurança adequadas para instalação de rádio enlace de micro-ondas, a abordagem em tais prédios deverá ser realizada impreterivelmente mediante fibra óptica, ou seja, não será admitida a instalação de antenas e rádio-enlaces nas referidas edificações.

14.3.2 A CONTRATADA deverá encaminhar Projeto Preliminar de Instalação, respeitando os parâmetros estruturais das edificações, contendo no mínimo: todo o trajeto do cabeamento até o CPD do CONTRATANTE e local de instalação, consumo e tensão elétrica dos equipamentos que porventura sejam instalados no Rack do CONTRATANTE. Tal Projeto deverá ser enviado em formato "PDF" por meio de correspondência eletrônica.

14.3.2.1. O CPE instalado nas dependências do CONTRATANTE deverá apresentar fonte redundante ou ser fornecido acompanhado de chave estática de transferência padrão Rack 19 polegadas, que permita manter a comutação dos 2 circuitos de alimentação elétrica independentes que existem dentro do DATACENTER do CONTRATANTE.

14.3.3 O prosseguimento do serviço de instalação de cada link estará condicionado à aprovação do projeto pela equipe de engenharia do CONTRATANTE.

14.3.4 Durante a vigência do contrato, poderá ser solicitada a mudança de endereço da ponta A e/ou B para outro endereço, respeitada a distância geodésica máxima entre os endereços descritos no item 14.1.1 acrescida de 10 % (dez por cento).

14.3.4.1. A CONTRATADA fará jus ao pagamento do valor de instalação consignado na planilha de preços, quando da ativação do Circuito no novo endereço.

14.3.4.2. O prazo máximo para a referida instalação é de 75 (setenta e cinco) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à assinatura do aditamento contratual.

14.4. Características do Circuito Ponto a Ponto:

14.4.1. Deverá ser único, ou seja, não serão aceitos links agregados para totalizar a velocidade solicitada, exceto quando acordado junto ao CONTRATANTE.

14.4.2. Deverá permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõem o padrão ethernet 802.1, inclusive tráfego com VLAN tagging (IEEE 802.1Q), sendo os números dos VIDs definidos pelo CONTRATANTE.

14.4.3. Deverá ser totalmente transparentes no tráfego de protocolos e não deverá existir nenhum proxy de serviços, filtros de serviços e conteúdo, limitadores do número de conexões (flows) ou pela bloqueio fornecida.

14.4.4. O link ponto a ponto precisa ser exclusivo, não sendo permitido compartilhamento da infraestrutura ou de equipamentos com outros clientes da CONTRATADA.

14.4.5. Deverá permitir métodos de priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP, além de Traffic Policing e Traffic Shaping.

14.4.6. Deverá suportar Jumbo Frame, tamanho (payload) 9000 bytes, e as seguintes funcionalidades: Priority Queuing, Class Based weighted Fair Queuing (CBWFQ), Low Latency Queuing (LLQ) e Generic Traffic Shaping (GTS).

14.4.6.1. O CONTRATANTE poderá solicitar comprovação, inclusive com vistoria presencial, durante a vigência do contrato, de qualquer dos itens especificados neste documento

15 DO SUPORTE TÉCNICO E GERENCIAMENTO PROATIVO

- 15.1 A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento proativo mediante NOC (próprio ou subcontratado), que realize o monitoramento dos circuitos contratados em regime 24 x 7, e efetue a abertura de chamado em até 10(dez) minutos após a detecção de indisponibilidade ou degradação do circuito (por exemplo: perda de pacotes, latência superior ao máximo estabelecido e etc). Assim sendo, é dever da CONTRATADA agir de ofício sempre que ocorrerem problemas e abrir os chamados e iniciar as ações para resolvê-los.
- 15.1.1 A CONTRATADA deverá efetuar o gerenciamento pró-ativo e a manutenção, tanto da porta de entrada no “backbone” como dos pontos de acesso e equipamentos de sua propriedade instalados no CONTRATANTE (roteadores, modems, etc.), assegurando todos os níveis de serviço descritos neste Edital, não sendo permitido qualquer tipo de acesso ou alteração nos equipamentos da rede interna do CONTRATANTE;
- 15.2 A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, uma Central de Atendimento Especializado com número telefônico de custo local na cidade do Rio de Janeiro, para registros dos chamados, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.
- 15.3 Os chamados abertos na Central de Atendimento Especializado poderão ser referentes a todas as atividades de responsabilidade da CONTRATADA, considerando os serviços contratados, englobando, mas não se limitando, à instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, enlaces, roteamento, endereçamento IP, entre outros;
- 15.4 Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, protocolo de abertura, tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato, no CONTRATANTE, que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.

ANEXO I A – GLOSSÁRIO DE DEFINIÇÕES

ACM (ADAPTIVE CODE MODULATION)	Característica específica de rádio enlaces de micro-ondas a qual permite que a modulação diminua gradativamente com o aumento da atenuação do sinal recebido tal que o receptor possa continuar operando com sinais de intensidade cada vez mais baixa outrossim mantendo o enlace em operação, mas com modulações menores (com menor capacidade) e evitando assim a interrupção dos serviços no caso de chuvas muito fortes, por exemplo. Esta característica é essencial para rádio enlaces instalados em regiões com regime de chuva tropical ou semitropical.
AGREGAÇÃO DE BANDA	Essa característica permite que dois enlaces de micro-ondas possam ser vistos como uma única conexão do ponto de vista dos dados transmitidos que se distribuem nos dois enlaces de forma 100% transparente para o usuário. Com isso, dois rádios enlaces de 500 Mbps de capacidade dotados dessa característica podem ter sua banda agregada em um único canal de 1 Gbps.
BACKBONE	Coluna dorsal de uma rede. BACKBONE representa a via principal de informações transferidas por uma rede, interligando ramificações derivadas (ou acessos) que atendem às UNIDADES, terminando no NÓ CENTRAL.
CABEAMENTO	Conexão efetuada entre os componentes das redes de dados. Os tipos de cabeamento mais utilizados são: par trançado, coaxial e fibra ótica.
CFTV-IP	Circuito Fechado de Televisão com transmissão IP - é um sistema de televisão que distribui sinais digitais IP provenientes de câmeras localizadas em locais específicos, para um ou mais pontos de visualização com propósitos de segurança, vigilância e monitoramento.
CIRCUITO	No contexto de redes de dados, significa o caminho lógico que realiza a interconexão de dados entre 2 (duas) UNIDADES do CONTRATANTE em endereços imobiliários distintos.
CLEAR CHANNEL	Transporte de dados ponto-a-ponto sem compartilhamento de banda por meio de um circuito de capacidade dedicada.
CPE	A sigla CPE (em inglês: Customer Premises Equipment) é um termo técnico muito utilizado por operadoras de telecomunicações e fornecedores de serviços de comunicação. É uma sigla em inglês quer dizer <i>Customer Premises Equipment</i> ou <i>Customer Provided Equipment</i> que significa "equipamento dentro das instalações do cliente".
DATA CENTER	O Data Center, também conhecido como centro de processamento de dados (CPD), é um local onde estão concentrados os sistemas computacionais de uma empresa ou organização. É um ambiente projetado para abrigar equipamentos servidores e outros componentes como sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de rede (switches, roteadores). O objetivo principal de um Data Center é garantir a disponibilidade de equipamentos que rodam sistemas cruciais para o negócio de uma organização, garantindo assim a continuidade do negócio.
ESTAÇÃO DE TRABALHO (WORKSTATION)	É a designação dada ao computador do usuário.
FALHA	Qualquer evento que inviabilize a operação, causando degradação importante ou interrupções de serviço devido a falhas de equipamentos, materiais, links e troncos, incluindo nesta definição os eventos de latência, perda de pacotes e jitter.
FIBRA APAGADA	Meio físico que é utilizado para transporte de dados ponto-a-ponto ligando-se suas extremidades a equipamentos que transformam os pulsos elétricos da interface de dados do usuário para pulsos de luz que são transportados pela fibra ótica.
FIREWALL	Dispositivo de uma rede de computadores que tem por função regular o tráfego de rede entre redes distintas e impedir a transmissão e/ou recepção de dados nocivos ou não autorizados de uma rede a outra.
FULL-DUPLEX	Sistema de comunicação composto por dois pares de unidades transmissoras-receptoras (ou transceptores) que podem comunicar entre si simultaneamente nas duas direções de forma 100% bidirecional.
HARDWARE	Designação genérica de todo tipo de equipamento de informática, por exemplo, microcomputador, discos rígidos, memória, impressora, scanner, entre outros.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
INTERLIGAÇÃO	Ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam se comunicar com usuários de serviço de outra ou acessar serviços nelas disponíveis.
INTERNET	Rede de computadores dispersos por todo o planeta que trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum, unindo usuários particulares, entidades de pesquisa, órgãos culturais, institutos militares, bibliotecas e empresas de toda envergadura. A palavra Internet, pode ser escrita com a primeira letra em maiúscula. A Internet funciona usando as tecnologias de telecomunicações convencionais. O IP ou Protocolo Internet oferece uma camada lógica, da qual dependem todos os demais protocolos e aplicações da rede.
JITTER	Medida de variação do tempo de entrega de pacotes sucessivos de dados. Observa-se que uma variação de atraso elevada demonstra uma baixa qualidade de serviço em uma rede devido a "engarrafamentos", ou sobrecarga, em alguns de seus trechos. Um exemplo de sistemas que tem o Jitter como inimigo é o serviço de Voz sobre IP (VoIP), além de videoconferências e outros serviços sensíveis a tempo.

JUMBO FRAME	Em rede de computadores, pacotes jumbo ou quadros jumbo são quadros ethernet com mais de 1500 bytes de carga útil (payload), o limite definido pelo padrão IEEE 802.3.
LAMBDA	É o comprimento de onda e define uma “cor” que é capaz de suportar a transmissão de dados na mesma capacidade transportada por toda a fibra óptica. Em uma mesma fibra óptica é possível “dividi-la” em até 160 cores, multiplicando por até 160 a capacidade transportada por ela.
LAN TO LAN	“São soluções de interligação ponto-a-ponto (CIRCUITOS dedicados digitais de extremo a extremo) com garantia de 100% da banda em 100% do tempo, e transparência a protocolos. Ideais para transmissão segura de dados, entre matriz, filiais, clientes, parceiros ou fornecedores através de uma infraestrutura de comunicação integrada, que permite tráfego constante.” (Fonte: http://www.telefonicaempresas.com.br/grandesempresas/prodDadosLanLan.shtml)
LATÊNCIA (ROUND TRIP TIME - RTT)	É o tempo que um pacote IP leva para sair do roteador no NÓ CENTRAL, chegar ao roteador da UNIDADE de destino e retornar ao roteador do NÓ CENTRAL. A latência aumenta em função da distância e da qualidade do caminho percorrido sendo influenciada principalmente por infraestrutura de redes congestionadas.
NOBREAK	Equipamento cuja principal função é fornecer energia ininterrupta, mesmo na ausência total de energia proveniente da rede elétrica. Isto é possível graças à utilização de baterias, que podem gerar até várias horas de autonomia, dependendo da configuração do nobreak.
NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER)	É o centro de comando e controle de operações de uma Rede. É o local onde se centraliza a gerência da rede privada do CONTRATANTE podendo se interligar a outros NOCs.
PAR METÁLICO	Cabo metálico utilizado em redes de computadores construído através do agrupamento de um ou mais pares de fios de cobre trançados.
PROTOCOLO ICMP OU ICMP	Sigla para o inglês <i>Internet Control Message Protocol</i> , é um protocolo usado pela ferramenta “ping” para medir a conectividade entre equipamentos medindo o tempo de ida e volta de transmissão de um pacote IP.
PROTOCOLO IP OU IP	Protocolo de Internet (em inglês: Internet Protocol, ou o acrônimo IP) é um protocolo de comunicação usado entre duas ou mais máquinas em rede para encaminhamento dos dados.
PROTOCOLO SNMP OU SNMP	É o protocolo simples de Gerência de Rede, ou seja, é um protocolo para gerenciamento de dispositivos em redes IP que é usado em sistemas de gerenciamento para monitorar dispositivos ligados a rede. O SNMP é um componente do conjunto de protocolos da Internet, como definido pela Internet Engineering Task Force (IETF). Ele consiste de um conjunto de padrões de gerenciamento de rede, incluindo um protocolo da camada de aplicação, um esquema de banco de dados e um conjunto de objetos de dados.
QOS	Refere-se à garantia de largura de banda reservada para determinadas aplicações. Tem como sua principal característica dar prioridade, reservar banda, controlar jitter (variação de atraso) e latência, garantindo um bom desempenho de determinadas aplicações.
RACK	Armário metálico com prateleiras, destinado a conter subconjuntos de aparelhos de informática (ativos de rede) tais como switches, roteadores, unidades Internas de rádios de Micro-ondas, patch panels, etc.
REDE DE DADOS REDE OU REDE DE COMPUTADORES	Designa, genericamente, um conjunto de computadores ligados que se comunicam entre si.
REDES DETERMINÍSTICAS	As redes determinísticas oferecem CIRCUITOS dedicados, especializados e exclusivos, ponto a ponto e ponto multiponto, transmitindo sinais digitais entre endereços preestabelecidos; este tipo de serviço ficou muito conhecido pela sigla SDH (Synchronous Digital Hierarchy). Ao contrário das redes estatísticas, baseadas em multiplexação estatística, nas redes determinísticas a <u>alocação de time slots é exclusiva daquele circuito</u> , possuindo redução significativa de latência, pois a latência inserida pelos elementos de rede é muito pequena (na ordem de 0,5 ms). Existe compatibilidade com aplicações sensíveis a baixo retardo, adequando-se a protocolos antigos, que não aceitam atraso. Como o <u>recurso não é compartilhado, a latência será constante e previsível</u> .
REQUISIÇÃO DE SERVIÇO	Qualquer evento de acréscimos ou modificações de serviço prestado.
ROTEADOR DE ACESSO	Equipamento roteador de propriedade da CONTRATADA, responsável por receber os dados do LINK ACESSO, instalado em uma respectiva UNIDADE, e, mediante uma interface ethernet (PTR), entregar conectividade dessa UNIDADE ao backbone.
SERVIDORES	Computadores centrais, que fornecem serviços a uma rede de computadores. Esses serviços podem ser de natureza diversa, por exemplo, arquivos, aplicações e correio eletrônico.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): O SCM é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à internet, utilizando quaisquer meios, a Assinantes dentro de uma Área de Prestação de Serviço; em conformidade com a classificação contida no art. 3º do Anexo à Resolução ANATEL Nº 614, de 28 de maio de 2013 — REGULAMENTO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA.
SOFTWARE	Programa de computador.
SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Solução composta por bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, de modo a atender à necessidade que a desencadeou.
SUPORTE TÉCNICO	Consiste no atendimento de Chamados Técnicos do cliente para esclarecimentos, atendimento de solicitações de configuração de rede, fornecimento de relatórios e reparação das eventuais falhas de produtos mediante reconfigurações lógicas ou substituição de peças e componentes que se apresentem defeitos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos mesmos, além do ajuste de configuração que se fizer necessário para o reparo da falha.
SWITCH CENTRAL	É o equipamento ou conjunto de equipamentos de núcleo da rede do NÓ CENTRAL.

SWITCH OU COMUTADOR	É um dispositivo utilizado em redes locais de computadores que tem como função o chaveamento (ou comutação) para reencaminhar quadros (dados) entre as estações (nós) que desejam se comunicar, sempre dentro de uma rede (camada 2).
TURN-KEY	É um tipo de regime empregado em processos licitatórios no qual a empresa CONTRATADA fica obrigada a entregar a obra em questão em condições de pleno funcionamento. E a sigla EPC vem do inglês "Engineering, Purchase, Construction", que traduzido fica "Engenharia, Compra e Construção"; significa dizer que a empresa responsável vai elaborar o projeto, comprar os materiais e executar a obra em si.
UNIDADE	Prédio de interesse do CONTRATANTE onde há instalação de CPE e onde o serviço de comunicação de dados será prestado.
VOIP OU VOZ SOBRE IP	Refere-se à tecnologia que permite a transmissão de sinais de voz pela Internet ou por uma Rede Privada IP.

ANEXO I B – DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Os serviços prestados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

A CONTRATADA deverá possuir uma estrutura de atendimento do tipo Help Desk, acessada mediante os instrumentos descritos no item 20 “DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS”, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR — estabelece os indicadores mínimos de desempenho da qualidade do serviço a ser contratado, discriminando sua finalidade, metas a cumprir, instrumentos de medição, formas de acompanhamento, periodicidade, mecanismos de cálculo, vigência, faixas de redimensionamento de pagamento e eventuais penalidades.

O CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA o atendimento aos seguintes indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada:

- Índice de Disponibilidade (D)
- Latência Round-Trip Time – latência RTT - (LRTT)
- Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM)

Mensalmente, o CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao mês da prestação do serviço, mediante mensagem eletrônica, o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, o qual conterá a disponibilidade mensal do circuito ponto a ponto, bem como os eventuais valores a serem glosados na Fatura/Nota Fiscal correspondente, de acordo com o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR.

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, tais como:

- Falha em algum equipamento de responsabilidade do CONTRATANTE.
- Falha decorrente de procedimentos operacionais do CONTRATANTE.
- Falha de qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pelo CONTRATANTE.
- Eventual interrupção, em virtude de manutenção programada, desde que previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

O CONTRATANTE utilizará o Software livre ZABBIX para avaliação dos indicadores mínimos de desempenho da qualidade dos serviços prestados. Para tal, é necessário que a CONTRATADA:

- Permita solicitações de Eco ICMP (Ping) aos roteadores e/ou switches instalados nas dependências do CONTRATANTE para verificar a disponibilidade do circuito.
- Permita solicitação de Ping com pacotes de 1472 bytes, roteadores e/ou switches instalados nas dependências do CONTRATANTE, a fim de verificar o índice de perda de pacotes.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR

Indicador	
Nº 01 Índice de Disponibilidade (D)	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o percentual de tempo em que cada CIRCUITO permaneceu disponível, ou seja, em plenas condições de funcionamento
Meta a cumprir	99,45%
Instrumento de medição	Mediante o uso de Solução de Gerenciamento Software Zabbix, onde será realizada a coleta, o armazenamento e a apresentação dos dados da apuração deste Indicador
Forma de acompanhamento	Mediante a utilização do Software livre Zabbix, a avaliação da indisponibilidade será realizada com o uso de testes de conectividade de tráfego que consistem no envio e recebimento de pacotes ICMP (ping ou similar) a partir a partir da interface LAN do CPE do terminal de origem em direção à interface LAN do CPE do terminal de destino.
Periodicidade	Será auferido mensalmente e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias; portanto, o Tempo Total que o CIRCUITO deverá estar disponível será de 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos; exceto quando nos meses de ativação e desativação dos serviços, nos quais será proporcional ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
Mecanismo de Cálculo	<p>O Índice de Disponibilidade de cada CIRCUITO será calculado mediante a seguinte fórmula:</p> <p>$D = [1 - (TI / TM)] \times 100$, onde:</p> <p>→ D é o Índice de Disponibilidade Mensal do CIRCUITO. → TI é o somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, medido em cada CIRCUITO, no mês de faturamento. → TM é o Tempo Total Mensal de operação em minutos, no mês de faturamento.</p> <p>O somatório dos Períodos de Indisponibilidade (TI), em minutos, medido em cada CIRCUITO no mês de faturamento é calculado da seguinte forma:</p> $Ti = \sum_{1:n} \Delta P_n$ <p>onde:</p> <p>(ΔP_n) representa um período de indisponibilidade qualquer, medido em minutos, ocorrido no mês.</p> <p>O CIRCUITO será considerado indisponível — ficando a CONTRATADA isenta de responsabilidade por indisponibilidades comprovadamente geradas pelo CONTRATANTE — quando:</p> <p>I - Da ocorrência de qualquer tipo de problema que impeça a transmissão ou a recepção de requisições da ponta A para a ponta B ou vice-versa.</p> <p>II – O Indicador nº 2 — Latência Round-Trip Time Média (LRTTM) — apresentar valores superiores a 30 ms;</p> <p>III - O Indicador nº 3 — Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM) — apresentar valores superiores a 1%.</p>

Início da Vigência	Data do recebimento definitivo da ativação
Faixas de redimensionamento no pagamento	Índice de Disponibilidade
	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do CIRCUITO
	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do CIRCUITO
	>= 99,30% e < 99,45%
	>= 99,15% e < 99,30%
	>= 99,00% e < 99,15%
	>= 98,80% e < 99,00%
	>= 75,00% e < 98,80%
Penalidades	< 75,00%
	5
	10
	15
	20
	25
	50
	Conforme item Penalidades deste Indicador.
Caso o índice de disponibilidade (D) apurado em dado mês seja inferior a 99,00% (noventa e nove por cento), o pagamento à CONTRATADA estará sujeito, além dos redimensionamentos mencionados no item anterior, às penalidades e sanções administrativas legalmente cabíveis previstas no Edital.	
Indicador	
Nº 02 Latência Round-Trip Time Média (LRTTM)	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de ida e volta necessário, em milissegundos, de um pacote de dados enviado da ponta A até a ponta B.
Meta a cumprir	Menor que 30 (trinta) milissegundos
Instrumento de medição	Mediante o uso de Solução de Gerenciamento Software Zabbix, onde será realizada a coleta, o armazenamento e a apresentação dos dados da apuração deste Indicador.
Forma de acompanhamento	A medição da Latência Instantânea (LI) será realizada utilizando-se o protocolo ICMP (ping ou similar), com repetição do comando a cada 1 (um) minuto, a partir da interface LAN do CPE do terminal de origem em direção à interface LAN do CPE do terminal de destino.
Periodicidade	Será auferido mensalmente e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias, o que equivale a 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos; exceto quando nos meses de ativação e desativação dos serviços, nos quais será proporcional ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
Mecanismo de Cálculo	A cada intervalo de 5 (cinco) minutos, perfazendo um total de 5 (cinco) medições de Latência Instantânea (LI), será calculada a Latência RTT Média (LRTTM), segundo fórmula abaixo: $LRTTM = (\sum LI) / 5$ A Latência RTT Média (LRTTM) admitida será de, no máximo, 30 (trinta) milissegundos.
Início da Vigência	Data do recebimento definitivo da ativação
Faixas de redimensionamento no pagamento	Conforme Indicador N.º 01

Indicador	
Nº 03 Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM)	
Item	Descrição
Finalidade	É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino Indicador (medido na interface LAN do CPE do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface LAN do CPE do terminal de origem).
Meta a cumprir	1% (um por cento)

Instrumento de medição	Mediante o uso de Solução de Gerenciamento Software Zabbix, onde será realizada a coleta, o armazenamento e a apresentação dos dados da apuração deste Indicador.
Forma de acompanhamento	A medição do Percentual de Perda de Pacotes Instantâneo (PPPI) será realizada utilizando-se o protocolo ICMP (ping ou similar), com tamanho mínimo de 1472 bytes (payload), com repetição do comando a cada 1 (um) minuto, a partir da interface LAN do CPE do terminal de origem em direção à interface LAN do CPE do terminal de destino.
Periodicidade	Será auferido mensalmente e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias, o que equivale a 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos; exceto quando nos meses de ativação e desativação dos serviços, nos quais será proporcional ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
Mecanismo de Cálculo	<p>A cada intervalo de 5 (cinco) minutos, perfazendo um total de 5 (cinco) medições do Percentual de Perda de Pacotes Instantâneo (PPPI), será calculado o Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM), segundo fórmula abaixo:</p> $PPPM = (\sum PPPI) / 5$ <p>O Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM) máximo admitido é de 1% (um por cento).</p>
Início da Vigência	Data do recebimento definitivo da ativação
Faixas de redimensionamento no pagamento	Conforme Indicador N.º 01

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/315

_____**DECLARA**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

Anexo III

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-2023

Proc. nº TRF2-EOF - 2022/315

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
-------	-------------	------------	------

_____	_____	_____	_____
-------	-------	-------	-------

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTINUADO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS
PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO (NÃO
COMPARTILHADO), COM OPERAÇÃO EM FULL-
DUPLEX, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1 GBPS,
INTERLIGANDO 2 (DUAS) UNIDADES DO
CONTRATANTE – CIRCUITO PONTO A PONTO, QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2022/00315

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. nº _____, estabelecida _____, CEP _____, Tel.: () _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)**. _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2022/00315, em consequência do Pregão Eletrônico nº 010/2023, fundamentado na Lei nº 10.520/02, na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e no Decreto nº 10.024/19, homologado em ____/____/2023, através do despacho nº TRF2-DES-2023/____, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades do Contratante — circuito ponto a ponto*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2023/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/04/2023 às 14:30:27.
Documento Nº: 3720577-7760 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3720577-7760>



TRF2CAP202307766

SIGA

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades do Contratante — circuito ponto a ponto, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2023 e seus Anexos I, II e III, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.2 - Os vocábulos e termos técnicos utilizados neste Contrato estão descritos no Anexo I A (GLOSSÁRIO E DEFINIÇÕES) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

1.3 - São partes integrantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo:

1.3.1 - ANEXO I A – GLOSSÁRIO E DEFINIÇÕES

1.3.2 - ANEXO I B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS — IMR.

1.4 - Para fins deste Contrato será denominado como CIRCUITO o caminho lógico que realiza a interconexão de dados entre 2 (duas) UNIDADES do Contratante em endereços imobiliários distintos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS
01	Assinatura do(s) Contrato(s)	Após homologação do certame
02	Reunião de alinhamento de expectativas	Em até 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato
03	Verificação das instalações do Contratante (Site Survey) e emissão de Projeto Preliminar de Instalação.	Em até 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato
04	Análise do Projeto de Instalação pelo Contratante	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após a conclusão da etapa 3.
05	Ativação do serviço	Em até 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato
06	Período de Funcionamento Experimental	Inicia-se no dia útil seguinte ao recebimento provisório e finaliza-se em até 5 (cinco) dias consecutivos
07	Aprovação da instalação	Em até 90 (noventa) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato, ao término do Período de Funcionamento Experimental.
08	Ativação comercial	04 de julho de 2023. Caso na data indicada o PFE ainda não tiver sido concluído, a data da ativação comercial para fins de efeitos financeiros será o dia útil subsequente ao último dia do PFE.
09	Recebimento Provisório	Imediatamente pelo fiscal técnico, depois de efetuada apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último adimplemento contratual.
10	Recebimento Definitivo	Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante, no prazo de 10 (dez) dias, contados partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, salvo motivo justificado, comprovada adequação do objeto aos termos contratuais consequente aceitação



2.2 – DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

2.2.1 – A Contratada deverá disponibilizar instrumentos para a solicitação de serviços mediante contato telefônico (0800 ou número de custo local na cidade do Rio de Janeiro), bem como e-mail ou sistema WEB.

2.3 - DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:

2.3.1 - Toda a comunicação entre o Contratante e a Contratada deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação. Desta forma, a comunicação poderá ser realizada por meio de ofícios, *e-mails* e reuniões mediante elaboração de ata.

2.3.2 - O *e-mail* de contato do Contratante para efeito de entrega de documentos administrativos é tscoocon-contratos@trf2.jus.br. E para efeito de quaisquer assuntos técnicos é secods@trf2.jus.br.

2.4 - DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DESTE CONTRATO:

2.4.1 - O corpo técnico da Contratada deverá possuir a qualificação técnica estabelecida nas Resoluções CONFEA e nas legislações aplicáveis.

2.5 – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

2.5.1 – A Contratada deverá manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão deste Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão da relação contratual mantida com o Contratante.

2.6 – DOS REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS:

2.6.1 – A presente contratação objetiva a prestação de serviços de comunicação de dados de circuitos ponto a ponto interligando 2 (*duas*) unidades de interesse do Contratante.

2.6.1.1 - Tais circuitos representam serviço de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps,, mediante link digital, entregues em interfaces elétricas tipo SFP ou superior, mediante protocolo de camada 2, em ambas as pontas, para a interligação dos pontos a seguir:

Ponta A (Datacenter Principal RJ)	Ponta B (Datacenter Secundário ES)
Rua Acre, nº 80, CEP: 20081-000, Praça Mauá, Rio de Janeiro – RJ	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.877, CEP: 29053-245 Monte Belo, Vitória – ES

2.6.2 - O serviço de comunicação de dados (item 1.1 da Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato) deverá ser prestado de forma integral, disponível 24 (*vinte e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana, todos os dias do ano.



2.6.3 - Requisitos da Instalação:

2.6.3.1 - O serviço de comunicação de dados deverá ser provido mediante 01 (um) link digital, através de fibra óptica, suportado em protocolo de camada 2 nas pontas A e B, disponibilizando a conexão para o Contratante mediante 2 (duas) interfaces elétricas tipo SFP ou superior, com fornecimento de 2 transceivers SFP 1000BASE SX padrão LC e 2 transceivers SFP 1000BASE-T para serem utilizados mediante conveniência do Contratante.

2.6.3.1.1 - Considerando que as edificações que abrigarão as Pontas A e B dos Circuitos não reúnem atualmente as condições de infraestrutura interna e segurança adequadas para instalação de rádio enlace de micro-ondas, a abordagem em tais prédios deverá ser realizada impreterivelmente mediante fibra óptica, ou seja, não será admitida a instalação de antenas e rádio-enlaces nas referidas edificações.

2.6.3.2 - A Contratada deverá encaminhar Projeto Preliminar de Instalação, respeitando os parâmetros estruturais das edificações, contendo, no mínimo: todo o trajeto do cabeamento até o CPD do Contratante e local de instalação, consumo e tensão elétrica dos equipamentos que porventura sejam instalados no Rack do Contratante. Tal Projeto deverá ser enviado em formato “PDF” por meio de correspondência eletrônica.

2.6.3.2.1 – O CPE instalado nas dependências do Contratante deverá apresentar fonte redundante ou ser fornecido acompanhado de chave estática de transferência padrão Rack 19 polegadas, que permita manter a comutação dos 2 circuitos de alimentação elétrica independentes que existem dentro do DATACENTER do Contratante.”

2.6.3.3 - O prosseguimento do serviço de instalação de cada link estará condicionado à aprovação do projeto pela equipe de engenharia do Contratante.

2.6.3.4 - Durante a vigência do Contrato, poderá ser solicitada a mudança de endereço da ponta A e/ou B para outro endereço, respeitada a distância geodésica máxima entre os endereços descritos no subitem 2.6.1.1 deste Contrato, acrescida de 10 % (*dez por cento*).

2.6.3.4.1 - A Contratada fará jus ao pagamento do valor de instalação consignado na Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato, quando da ativação do Circuito no novo endereço.

2.6.3.4.2 - O prazo máximo para a referida instalação é de 75 (*setenta e cinco*) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à assinatura do aditamento contratual.

2.6.4 - Características do Circuito Ponto a Ponto:

2.6.4.1 - Deverá ser único, ou seja, não serão aceitos links agregados para totalizar a velocidade solicitada, exceto quando acordado junto ao Contratante.

2.6.4.2 - Deverá permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõem o padrão ethernet 802.1, inclusive tráfego com VLAN tagging (IEEE 802.1Q), sendo os números dos VIDs definidos pelo Contratante.



2.6.4.3 - Deverá ser totalmente transparentes no tráfego de protocolos e não deverá existir nenhum proxy de serviços, filtros de serviços e conteúdo, limitadores do número de conexões (flows) ou pela bloqueio fornecida.

2.6.4.4 - O link ponto a ponto precisa ser exclusivo, não sendo permitido compartilhamento da infraestrutura ou de equipamentos com outros clientes da Contratada.

2.6.4.5 - Deverá permitir métodos de priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP, além de Traffic Policing e Traffic Shaping.

2.6.4.6 - Deverá suportar Jumbo Frame, tamanho (payload) 9000 bytes, e as seguintes funcionalidades: Priority Queuing, Class Based weighted Fair Queuing (CBWFQ), Low Latency Queuing (LLQ) e Generic Traffic Shaping (GTS).

2.6.4.6.1 - O Contratante poderá solicitar comprovação, inclusive com vistoria presencial, durante a vigência deste Contrato, de qualquer dos itens especificados neste documento.

2.7 – DO SUPORTE TÉCNICO E GERENCIAMENTO PROATIVO:

2.7.1 - A Contratada deverá realizar o gerenciamento proativo mediante NOC (próprio ou subcontratado), que realize o monitoramento dos circuitos contratados em regime 24 x 7, e efetue a abertura de chamado em até 10 (dez) minutos após a detecção de indisponibilidade ou degradação do circuito (por exemplo: perda de pacotes, latência superior ao máximo estabelecido e etc). Assim sendo, é dever da Contratada agir de ofício sempre que ocorrerem problemas e abrir os chamados e iniciar as ações para resolvê-los.

2.7.1.1 - A Contratada deverá efetuar o gerenciamento pró-ativo e a manutenção, tanto da porta de entrada no “backbone” como dos pontos de acesso e equipamentos de sua propriedade instalados no Contratante (roteadores, modems, etc.), assegurando todos os níveis de serviço descritos neste Edital, não sendo permitido qualquer tipo de acesso ou alteração nos equipamentos da rede interna do Contratante.

2.7.2 - A Contratada deverá colocar à disposição do Contratante, uma Central de Atendimento Especializado com número telefônico de custo local na cidade do Rio de Janeiro, para registros dos chamados, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.

2.7.3 - Os chamados abertos na Central de Atendimento Especializado poderão ser referentes a todas as atividades de responsabilidade da Contratada, considerando os serviços contratados, englobando, mas não se limitando, à instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, enlaces, roteamento, endereçamento IP, entre outros.

2.7.4 - Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, protocolo de abertura, tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato, no Contratante, que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.



3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 – Adicionalmente às obrigações técnicas descritas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo a Contratada está obrigada a:

3.2.1 - Iniciar a execução das atividades de ativação do serviço, conforme prazos definidos neste Contrato.

3.2.2 - Manter a qualidade dos serviços dentro dos padrões estabelecidos neste Contrato.

3.2.3 - Fornecer todos os equipamentos necessários nas condições exigidas neste Contrato, cujos custos deverão estar inclusos no valor mensal a ser pago pelo Contratante, podendo ser fornecidos em comodato, devendo ser retirados no término do Contrato.

3.2.3.1 - Os equipamentos da Contratada, após o término contratual, deverão ser retirados no prazo de 30 (*trinta dias*) a contar da solicitação do Contratante. Em caso de não retirada no prazo mencionado neste subitem, o Contratante descartará os referidos equipamentos.

3.2.3.2 - Os custos relativos à desativação e retirada dos equipamentos ao final da vigência do Contrato deverão estar inclusos no valor global da contratação.

3.2.4 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre as redes internas dos 2 prédios do Contratante, com exceção do fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências do prédio e a climatização das salas de equipamentos.

3.2.5 - Responsabilizar-se pela manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados no Anexo I B (DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.2.6 - Designar preposto responsável pelo atendimento ao Contratante, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto contratado.

3.2.7 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

3.2.7.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.



3.2.8 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 9, de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3.2.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo II do Edital de Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.2.9 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.2.9.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.2.10 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do presente Contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID - 19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município. A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

3.2.11 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 - Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços nas dependências do Contratante, como climatização e alimentação de energia, ficando excluídos desta obrigação qualquer outro tipo de equipamento necessário à conexão do Contratante ao backbone da Contratada, os quais, se necessário, ficarão a cargo da Contratada.

4.2 - Instalar e manter a rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos circuitos.

4.3 - Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços.

4.4 - Pagar à Contratada os valores constantes das Notas Fiscais/ Fatura de Serviços pelos serviços ora contratados, respeitando os índices e requisitos especificados neste Contrato.



4.5 - Viabilizar o acesso dos funcionários da Contratada quando da realização de manutenções preventivas e corretivas inerentes à execução contratual, desde que devidamente identificados e após acordado com o fiscal do Contrato com antecedência mínima de 24 (*vinete e quatro*) horas para casos não urgentes.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o item 1.2 da Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 - **Provisoriamente** – O recebimento provisório dar-se-á no dia da ativação do serviço, cuja execução deverá ser ratificada pela equipe responsável pela fiscalização do Contrato.

5.1.1.1 - No primeiro dia útil seguinte ao recebimento provisório, deverá ser iniciado o Período de Funcionamento Experimental - PFE.

5.1.1.1.1 - Denomina-se como Período de Funcionamento Experimental – PFE – o intervalo ininterrupto de até 5 (*cinco*) dias consecutivos, contados a partir do dia do recebimento provisório, onde o Contratante verificará o provimento dos serviços de acordo com os níveis de serviço contratados.

5.1.1.1.2 - O PFE não poderá ser objeto de cobrança pela Contratada, visto que é um período prévio ao Recebimento Definitivo.

5.1.1.1.3 - O Período de Funcionamento Experimental – PFE – terá a sua contagem reiniciada, havendo desconsideração do prazo anterior já decorrido, caso, no seu decurso, ocorra alguma violação aos níveis de serviço contratados.

5.1.2 - **Definitivamente** – Os requisitos de recebimento definitivo do item 1.2 da Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato serão compostos por testes de conectividade e transferência de dados, a serem realizados durante o PFE.

5.1.2.1 - O recebimento definitivo do item 1.2 da Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato será considerado realizado quando for verificado, no sistema de monitoramento do Contratante durante o PFE, que a comunicação entre a ponta A e a ponta B do Contratante manteve-se disponível e dentro dos níveis de serviço especificados neste Contrato.

5.1.2.2 - A nota fiscal ou fatura somente poderá ser emitida após a comunicação formal do gestor do Contrato acerca do recebimento definitivo da instalação.

5.2 - Das Condições de Recebimento Provisório e Definitivo do item 1.1 da Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato:

5.2.1 - A ativação comercial ocorrerá no dia **04 de julho de 2023** para fins de efeitos financeiros.

5.2.1.1 - Caso na data indicada no subitem 5.2.1 o PFE ainda não tiver sido concluído, a data da ativação comercial para fins de efeitos financeiros será o dia útil subsequente ao último dia do PFE.

5.2.2 - O gestor/fiscal técnico emitirá certidão de início dos serviços, onde constará a data da ativação comercial.



5.2.3 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, o item 1.1 da Planilha de Preços constante do item 6.1.1 deste Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, da seguinte forma:

5.2.3.1 - **Provisoriamente:** o Contratante enviará à Contratada, até o 5º (*quinto*) dia útil do mês seguinte ao mês da prestação do serviço, mediante mensagem eletrônica, o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, o qual conterá a disponibilidade mensal do circuito ponto a ponto, bem como os eventuais valores a serem glosados na Fatura correspondente, de acordo com o estabelecido no Anexo I B (DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5.2.3.1.1 - A Contratada poderá apresentar justificativa, em até 2 (*dois*) dias úteis do recebimento do RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da mesma.

5.2.3.1.2 - A Contratada deverá emitir e apresentar a Fatura em no máximo 10 (*dez*) dias consecutivos, a contar do dia útil subsequente ao recebimento da mensagem eletrônica com o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

5.2.3.1.3 - O Recebimento Provisório será realizado imediatamente, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, após a apresentação da Fatura com o valor eventualmente redimensionado pelo Contratante com base no RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

5.2.3.2 - **Definitivamente:** No prazo de 10 (*dez*) dias úteis, pelo gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante mencionados no Contrato, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2.3.2.1 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

5.4 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME nº 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.5 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.



5.6 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.7 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 20 da Lei nº 8.078/90.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 - Planilha de Preços:

Lote	Item	Discriminação	Qtd.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1.1	Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades do Contratante — circuito ponto a ponto — conforme este Contrato. CATSER TI: 26484 ou 26522	24	Valor mensal		
	1.2	Serviço de Instalação CATSER TI: 26166	01	Valor unitário da instalação		
VALOR TOTAL PARA 24 (vinte e quatro) MESES						

6.1.2 - O valor MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____); vinte e quatro

6.1.3 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

6.2 - DO REAJUSTE:

6.2.1- Os valores contratados serão reajustados com base na variação do ICTI, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N° índice da data do reajuste



I_o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

6.2.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

6.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.2.4 – Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.2.5 – A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.2.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.2.1.

6.2.6 – A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.3.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.

6.3.1.1 - O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias consecutivos.

6.3.1.2 - Os pagamentos referentes ao Serviço de Instalação serão efetuados em uma única parcela, após a conclusão dos serviços de instalação e ativação comercial do circuito, à vista da Fatura/Nota Fiscal discriminativa dos serviços, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.

6.3.1.3 - Para fins do disposto nos subitens 6.3.1 e 6.3.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.3.1.4 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, em duas vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.



6.3.3 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do Documento Fiscal.

6.3.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.

6.3.6 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/21, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

6.3.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.3.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

6.3.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas decorrentes dos serviços, objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Natureza da Despesa	PTRES	Nota de Empenho
3.3.90.40.13 (Comunicação de dados e redes em geral)	168.420	

7.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios de 2024 e 2025, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.



8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Contratante, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 8.1.1 – Apresentar documentação falsa;
- 8.1.2 – Fraudar a execução do contrato;
- 8.1.3 – Comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4 – Cometer fraude fiscal;
- 8.1.5 – Fizer declaração falsa.

8.2. – Para os fins do item 8.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

8.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 8.4, 8.5 e 8.7, com as seguintes penalidades:

8.3.1 – Advertência;

8.3.2 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;

8.3.3 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior; ou

8.3.4 – Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

8.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinete por cento*) do valor do Contrato.

8.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

8.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

8.6.1 - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço; ou

8.6.2 - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.



8.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 8.6.1 e 8.6.2 acima, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% (*cinco por cento*) do Contrato.

8.8 – Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas neste Contrato, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% (*um décimo por cento*) e 0,5% (*cinco décimos por cento*) do valor do Contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% (*dois por cento*) se descumprido mais de 01 (*um*) item obrigatório concomitantemente.

8.9 – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada:

8.9.1 – Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

8.9.2 – Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial.

8.9.3 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8.9.4 – Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

8.10 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

8.11 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

8.12 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

9.2.1 - A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.



10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2023, e seus Anexos I, II e III.
- b) Proposta datada de __/__/2023 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2023/____).

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará, além de 01 (um) servidor como gestor do Contrato, a Equipe de Gerenciamento da Contratação, formada por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante quanto à execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

11.6 - Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.6.1 - Não produziu os resultados acordados.

11.6.2 - Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

11.6.3 - A fiscalização técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme



modelo previsto no Anexo I B (DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

11.7 - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11.8 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.9 - O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10 - Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11 - A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.12 - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as penalidades à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.13 - O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 24 (*vinte e quatro*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Diretor Geral deste Tribunal, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

12.3 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

12.4 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

12.5 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Nona do presente Contrato.



12.6 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

12.7 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada ser vantajosa a manutenção do Contrato.

12.8 - Após o prazo de vigência inicial, este Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (*sessenta*) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

12.8.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

12.8.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

12.8.3 - O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

12.8.4 - o valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

12.8.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

12.9 - A vantajosidade econômica para a prorrogação deste Contrato, mencionada no subitem 12.8.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

12.9.1 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1 – Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 – Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 – O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 9.069 de 29/06/95 e Lei nº 10.192 de 14/02/2001.

15.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.



15.3 – Eventuais supressões realizadas nos termos do item anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15.5 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelo fornecimento dos produtos e serviços contratados.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

